

## Avaliação de políticas sociais orientada pelo materialismo histórico de inspiração marxiana\*

*Assessment of social policies guided by Marxist-inspired historical materialism*

**Adriana Amaral Ferreira ALVES\*\***

**Resumo:** O presente estudo buscou problematizar a ausência de uma cultura política de avaliação das políticas sociais no Brasil que efetivamente seja um processo político-democrático, implicado no conhecimento da realidade concreta para além de sua falaciosa aparência. A pesquisa voltou-se aos atuais processos de avaliação da Política de Assistência Social no Brasil, realizados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)), que reedita os tradicionais procedimentos técnico-operativos de controle institucional e administrativo-contábil, não tomando como parâmetros os fundamentos constitucionais e a Lei orgânica de assistência social (LOAS). Foram lançadas algumas contribuições reflexivas sobre a condução teórico-metodológica desses processos de avaliação, tomando por base o materialismo histórico, de onde foram extraídas categorias analíticas que pudessem orientar as avaliações no exame da realidade e as transformar em meios capazes de subsidiar a luta coletiva pelo redirecionamento ético-político das políticas sociais brasileiras.

**Palavras-chave:** Materialismo Histórico. Política Social. Avaliação.

**Abstract:** The present study the objective was to question the absence of a politics culture of assessment of the social politics in Brazil that can be effectively a politic-democratic process implicate with the concrete realty knowledge besides that fallacious appearance. The research was directed to the current assessment proceedings of Social Service's politics in Brazil, carried out in the Social Development a Starvation Combat Ministry (MDS) scope, that reissues the traditional action-techniques procedures of institutional control and administrative-accounting, not taking as basis the constitutional foundations and the LOAS. Some reflexive contributions were introduced about the teoric-methodologic conduction of these processes of assessment; taking as foundation the historical materialism, from where analytics categories were extracted that could orient the assessments in the realty exam and transform the able ways to subsidy the collective fight for the ethical-politician new direction of the Brazilians Social Politics.

**Keywords:** Critical Perspective. Social Policies. Assessment.

*Recebido em 24/04/2010. Aprovado em 30/05/2011*

---

\*\* Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Serviço Social da UFES. E-mail: <adriana.afa@gmail.com>

## 1 Introdução

**E**stando as políticas sociais situadas no contexto contraditório das relações sociais do mundo capitalista, este estudo vem fundamentar a afirmação, no entender desta pesquisadora, de que a teoria social marxiana fornece os elementos que irão possibilitar o alcance dos fatores que organicamente vinculam os fenômenos aparentes à estrutura histórica da sociedade burguesa.

Portanto, tomando por base as categorias de análise advindas do pensamento crítico-dialético para se pensar a avaliação de políticas sociais, considera-se a dimensão econômica da realidade como variável dominante, mas se destaca a sua dimensão política não descolada, é claro, dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ideológicos. Neste sentido, fez-se a abordagem da avaliação como um processo político e contraditório, por envolver interesses de classe antagônicos que ou contestam ou reforçam a dimensão econômica de acumulação e concentração de capital. Destaca-se, em suma, que a retomada constante do materialismo histórico-dialético para a análise de temas e acontecimentos presentes na sociedade contemporânea expressa que o marxismo sobreviveu à efemeridade do tempo e aos limites das questões de sua época, mostrando-se ainda preparado para apontar caminhos que permitam a consolidação dos anseios de liberdade e justiça social, a partir da

efetiva articulação e luta da classe trabalhadora rumo a este objetivo.

## 2 Desenvolvimento

Cumprido, pois, situar a avaliação no campo da instrumentalidade, que pode servir tanto à razão instrumental quanto à razão dialética. Neste sentido, tomando por base a teoria social de Marx (GUERRA, 2005, p. 161), “[...] toda forma de objetivação humana carece de meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar”. Portanto, o primeiro ato histórico é a produção de meios que permitam a satisfação das necessidades humanas, para que os homens tenham “[...] condições de viver para poder fazer história” (MARX; ENGELS, 2002, p. 21). A produção da própria vida material constitui um fato histórico, “[...] uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida” (MARX; ENGELS, 2002, p. 21).

Considerando, portanto, que a produção da vida material corresponde à produção dos meios de existência humana pelo próprio homem, “[...] cada novo estágio da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos indivíduos entre si no tocante à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho” (MARX; ENGELS, 2002, p. 12). Mas, a produção dos meios de existência não tem desdobramentos

apenas nas condições materiais da vida dos indivíduos sociais, como também na sua consciência, no seu modo de ser, o que faz do homem “[...] não apenas um ser que produz, mas um ser que se autoproduz” (GUERRA, 2005, p. 161). Assim, “[...] a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são” (MARX; ENGELS, 2002, p. 11).

Partindo destes pressupostos, a instrumentalidade que serve aos homens para controlar a natureza e converter os objetos naturais em meios para o alcance de suas finalidades, por sua capacidade teleológica, “[...] é transposta para as relações dos homens entre si, interferindo em nível da reprodução social” (GUERRA, 2000, p. 55), expressando-se mais evidentemente nas relações de compra e venda da força de trabalho humana. É, pois, nesta lógica instrumentalista, que se situa a avaliação de políticas sociais, a qual, quando existente, está “[...] fortemente dirigida para a consecução de fins e processos imediatos, muito mais do que para o conhecimento das reais condições de mudança [...]” existentes na realidade concreta (SANTOS, 1999, p. 115).

Então, a formalidade produzida no âmago do sistema dominante, que se mantém organicamente vinculada à racionalidade burguesa, faz com que a produção do conhecimento tenha um caráter meramente operacional. Essa lógica formal corresponde, pois, às tradicionais práticas institucionalizadas, caracterizadas por

procedimentos etapistas, cuja sucessão linear do *diagnóstico, planejamento, execução e avaliação*, em relação ao controle das expressões da *questão social*, concebidas como *situações sociais problema*, leva a uma reiterada esquematização nutrida pela tecnocracia institucional.

Sob este “[...] formalismo etapista [...]” (FALEIROS, 1995, p. 135), as pesquisas avaliativas limitam-se a aspectos meramente descritivos, estatísticos e cronologicamente lineares, captados por um sofisticado esquema metodológico dito neutro, isento de valores e concepções de mundo que pudessem contaminá-lo em sua cientificidade. A tendência é, pois, a produção de pontuações aparentes, descoladas de uma visão de totalidade, destituídas de sua estrutura constitutiva e relegadas a uma abordagem microscópica do real, que as tornam presas a fragmentos e singularidades. Isso, decorrente da constante preocupação com o desenho rigoroso de etapas e momentos, para a manipulação de variáveis. Contrário a isto, as informações e os dados empíricos deveriam ser interpretados

Tomando por base a teoria social de Marx, é preciso considerar que a teoria e o método, organicamente vinculados aos processos de produção do conhecimento estabelecem em si uma unicidade. Conforme Kameyama (1995, p. 100), na teoria social de Marx, a produção do conhecimento está intimamente relacionada com a ação transformadora dos sujeitos históricos. No entanto, este caráter transformador

é subtraído do conhecimento produzido na órbita da racionalidade burguesa, que lhe impõe uma funcionalidade completamente inversa, qual seja: a conservação do domínio capitalista e nada mais.

Neste sentido, o método seria o movimento da teoria feita pelo sujeito para a compreensão do real em sua essência e fundamento. Assim, os processos metodológicos que orientam a produção do conhecimento, concretizam uma determinada perspectiva de análise do real, passando por novas e múltiplas mediações. Portanto, para a ultrapassagem do formalismo positivista que se restringe a uma visão coisificada dos fenômenos, não se pode aceitar essa visão instrumental do método, como algo determinado a priori, como algo que exista em si mesmo, implicando na cristalização de etapas que se sucedem linearmente. Neste caso, a visão que se tem da realidade é aquela que a reduz a uma aparência empiricamente dada, isenta de antagonismos, conflitos e historicidade. É exatamente sob este sentido teórico-metodológico que se realizam as avaliações das políticas sociais no Brasil neoliberal, recortando o real e atribuindo aos objetos de investigação leis próprias de uma existência desvinculada da totalidade social.

A racionalidade hegemônica burguesa mistifica e pulveriza a realidade, onde os fatos são descolados da totalidade e naturalizados. Há uma desistoricização

dos processos sociais, de onde os sujeitos sociopolíticos são apartados, impedindo, assim, que se materializem as possibilidades de transformação existentes no real. É, pois, neste nível de compreensão da realidade que se instalam modelos cristalizados que delimitam como se planejar, executar e avaliar. Esta ênfase epistemológica define o método de conhecimento a priori, ou seja, independente do objeto concreto, secundarizando a preocupação com o ser social e com as categorias da realidade. No entanto, contrária ao privilégio que se dá à organização metodológica em detrimento do ser social e do movimento dialético da história, é a preocupação em construir estratégias para a transformação do real, apreendido em sua historicidade.

De acordo com Guerra (2005), a revolução técnico-científica produz uma racionalidade historicamente determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, sancionada como o único modo possível de relação entre os homens. Deste modo, a racionalidade técnica é transformada em *paradigma* determinante das relações entre os homens inscritos na sociedade capitalista contemporânea. Em seu movimento de expansão, a racionalidade técnica reduz-se à sua dimensão instrumental, orientando operações pragmáticas e imediatistas que visam à eficácia e à eficiência, segundo a racionalidade burguesa. É, pois, na racionalidade tecnológica que se generalizou no capitalismo

monopolista que a alienação do pensamento é radicalizada (IANNI, 1979), invadindo as relações políticas, institucionais e sociais – além das alterações produzidas diretamente nos processos de trabalho, cujas práticas profissionais são transformadas em tecnologias para que produzam valor.

As falsas representações sobre a realidade compõem no âmbito da razão instrumental que “[...] encontra seu ponto de sustentação no fetichismo que envolve as relações sociais do mundo burguês” (GUERRA, 2005, p. 168). Nesta perspectiva, as múltiplas determinações que se vinculam à essência dos fatos, fenômenos e processos são reduzidas à sua dimensão técnica nos moldes alienantes da racionalidade formal. Logo, o superdimensionamento dos aspectos instrumentais torna secundária “[...] a natureza ontológica das relações sociais” (GUERRA, 2005, p. 170). Essa visão imediatista do real constitui, por fim, um foco aberto para o distanciamento da totalidade, dada à sua “[...] aproximação com o empirismo e a fragmentação entre teoria e prática, de acordo com as tendências da pós-modernidade” (SIMIONATO, 1999, p. 88)<sup>1</sup>. Sobre tais

---

<sup>1</sup> Nesse cenário, propaga-se a chamada “[...] crise dos paradigmas [...]” que se contrapõe aos “[...] modelos clássicos de representação da realidade” (IANNI, 1990 apud SIMIONATO, 1999, p. 85), opondo-se diretamente ao marxismo, “[...] entendido como um modelo determinístico que exclui a subjetividade, a cultura, as expressões do simbólico, do imaginário, do cotidiano, das representações

questões, Jameson (1996, p. 332-333) indica que a ideologia da pós-modernidade<sup>2</sup> ceifa análises de abrangência totalizante, “[...] de tal forma que a antecipação do ‘concreto’ é substituída pelo ‘meramente particular’, eclipsando o ‘geral’ (na forma do próprio modo de produção)”.

Inscritas nesses aspectos constitutivos da sociedade capitalista contemporânea, produzidas no âmbito da racionalidade formal, as avaliações de políticas sociais apresentam interpretações deformadas sobre a realidade, que é apreendida da forma mais pertinente à ideologia burguesa, qual seja: a forma aparente, convertida

---

sociais” (SIMIONATO, 1999, p. 85). Os adeptos a esta corrente “[...] sustentam a impossibilidade de, por meio da inspiração teórico-metodológica de raiz marxiana, encaminhar problemas tais como a relação indivíduo e sociedade, a conjugação entre as dimensões macro e micro societárias, a articulação entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade, particularidade e singularidade. O diálogo neste caso é claramente travado com a vulgata do marxismo, demonstrando talvez desconhecimento da matéria que é posta como objeto da crítica” (IAMAMOTO, 1998b, p. 107-108).

<sup>2</sup> A pós-modernidade representa “[...] um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado, fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social” (SIMIONATO, 1999, p. 86).

em fetiche, “[...] ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui” (COUTINHO, 1972 apud GUERRA, 2005, p. 17). Os avaliadores tendem a estabelecer uma relação causal, direta e unidimensional entre as ações do programa, projeto, serviço ou benefício a que detêm como objeto de avaliação, sendo os dados apreendidos do real imediato, entendidos como formas dadas, acabadas e inertes. Nesta visão de causa e efeito, concebe-se os desdobramentos das ações públicas como autoexplicativos, “[...] abstraídos das demais determinações que conformam os processos sociais” (GUERRA, 2005, p. 171).

Seguindo por este caminho, permanece-se na exterioridade dos fenômenos sociais, eliminando as particularidades que os vinculam à dinâmica geral das relações sociais constitutivas da ordem burguesa. Verifica-se, ainda, na realização das avaliações da política de assistência social, a processualização de “[...] operações lógico-formais [...]”, que não mantêm uma vinculação com os processos sociais reais, em seu movimento contraditório. A não apreensão da dinâmica dialética, que está ontologicamente vinculada aos processos sociais que perpassam a política de assistência social, evidencia que as avaliações têm sido realizadas a partir de uma direção política conservadora e antidemocrática e de um ponto de vista essencialmente vinculado à classe burguesa. Contudo, a “[...] dinâmica da realidade, ao negar

a prepotência positivista de enquadrar fatos, fenômenos e processos, de integrá-los funcionalmente aos sistemas põe à luz a ineficácia desse modo de interpretação da realidade [...]” (GUERRA, 2005, p. 175).

Então, o caminho inverso a se perseguir é o da razão dialética que “[...] incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância” (GUERRA, 2000, p. 61). Nesta perspectiva de apreensão do real, permite-se cultivar uma visão de totalidade que vá reconstruir na esfera do pensamento, as relações mais profundas da complexidade social. “A complexidade se dá nas interconexões que se estabelecem não só porque a razão as vislumbra, mas porque o próprio processo de produção do real é complexo” (FALEIROS, 1995, p. 135).

Na perspectiva do materialismo histórico, as políticas sociais não podem ser avaliadas à margem dos processos econômicos e políticos, devendo, portanto, ser incorporada à avaliação a “[...] crítica contemporânea da economia política no capitalismo tardio” (MONTAÑO, 2003, p. 270). Pois, no sistema capitalista, a vida humana é subjugada aos interesses e necessidades de reprodução do capital, sendo a política social mero derivado da política econômica, considerando que “[...] não há Planejamento Social sem uma Política Econômico-Social que o inspire” (BIERRENBACH, 1987,

p. 16). Assim, pode-se dizer que “[...] os dois momentos da realidade (o econômico e o político) estão sempre imbricados, determinando-se mutuamente” (IANNI, 1979, p. 307), o que permite concluir que a

“[...] degradação entre realidade e pensamento é fruto da desarticulação entre o econômico e o político, cujo veio mais comprometido do ponto de vista teórico-metodológico e político recai na supressão da particularidade, pela incorporação linear e mecânica de realidades sociais, econômicas e políticas diferenciadas” (MENEZES, 1998, p. 52).

Logo, considerando que as políticas sociais são funcionais ao capital, não se pode pensá-las descoladas das regulamentações macroeconômicas, pois “[...] não existe por um lado política econômica e por outro lado políticas sociais” (PAULO NETTO, 2003, p. 13).

Nesse sentido, para que as avaliações da política de assistência sejam fiéis à historicidade da vida social, é absolutamente necessário que os avaliadores estejam atentos às mudanças operantes no tecido social, sobretudo, no que se referem às novas determinações históricas da *questão social* “[...] complexificada nas suas formas de expressão, ao mesmo tempo em que aprofunda-se a sua radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida das classes subalternas” (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Na verdade, anteriormente à apreensão das atuais refrações da *questão social*, é preciso ter bem claramente definido o que se entende por *questão social*. Este entendimento pode reduzir a *questão social* à expressão de *comportamentos desajustados*, que precisam ser controlados por ações *reformadoras de caráter*, no reforço ao conservadorismo, ou, inversamente, se tem a compreensão de que a *questão social* precisa ser situada no interior da luta de classes, na relação entre capital e trabalho que fomenta o agravamento dos processos de pauperização da classe trabalhadora, que, indignada e coletivamente organizada, passa a exercer o seu protagonismo político ao reivindicar o seu reconhecimento enquanto classe por parte do Estado burguês. É, pois, este primeiro entendimento que irá definir consequentemente a compreensão que se tem sobre política social, determinando os rumos das análises que se processam nas avaliações da política de assistência social.

Por tudo isso, é inequívoco afirmar que as expressões da *questão social* não serão solucionadas no âmbito das políticas sociais. Esse é o limite concreto que, inclusive, deve ser apreendido pelas avaliações das políticas sociais, mas não no sentido fatalista de se deixar levar acriticamente pela lógica racional burguesa, subjugando as avaliações como instrumentos servis aos interesses conservadores da classe dominante. De outro modo, é no

sentido de que os processos de avaliação sejam conduzidos de forma a desvelar a realidade social em suas múltiplas determinações, que aparecem escamoteadas, inclusive, pelos *efeitos imediatos* das políticas sociais.

Da orientação teórico-metodológica advinda do materialismo histórico, os avaliadores podem extrair categorias<sup>3</sup> de análise do real que lhes permitirão, a partir do cotidiano, do imediato, reconstruir na esfera do pensamento as leis gerais que constituem e movimentam os processos sociais. Neste sentido, situar a avaliação de políticas sociais no campo da instrumentalidade, sendo esta aqui reconhecida como “[...] campo de mediação e instância de passagem” (GUERRA, 2000, p. 60), significa dizer que através dela é possível realizar o movimento de *dessingularização* dos fenômenos sociais, em sua aparência alienante, desenvolvendo, portanto, um sentido reflexivo na apreensão das mediações ontológicas para a reconstrução da realidade concreta. Este enriquecimento da avaliação torna possível, através dela, construir representações sobre as políticas sociais – e sobre a assistência social, em particular – que evidenciem as contradições e mediações ocultas em

sua aparência, ao desmistificar, a partir de uma interpretação teórica e crítica, as relações entre Estado e sociedade civil que se particularizam nas diversas conjunturas, mas que são ontologicamente determinadas pelas leis históricas tendenciais<sup>4</sup>, essencialmente processuais e dinâmicas, resultantes do movimento contraditório entre complexos que constituem a totalidade.

A ultrapassagem da imediaticidade fragmentada dos fenômenos sociais somente é possível por aproximações sucessivas que irão desvelando sua objetividade, num movimento que parte do singular para o universal e retorna ao singular em níveis mais amplos e complexos de reflexão, que permitem romper com a faticidade, atingindo o fundamento do objeto, reconstruído em seu próprio movimento. Neste sentido, Kosik afirma (1989 apud MONTAÑO, 2003, p. 269) que a “[...] cotidianidade, como totalidade concreta, caótica, tanto constitui o ponto de partida para desvendar a realidade social (na sua essência), como a escamoteia, a esconde, na sua aparência”. Assim, a aproximação com a realidade concreta permite movimentos sucessivos de ultrapassagem da aparência dos fenômenos reificados na cotidianidade.

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que “[...] as categorias expressam, portanto, formas e modos de existência e, com frequência, simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; do ponto de vista científico, sua existência é anterior ao momento em que se começa a falar sobre elas como tal” (MARX, 1982, p. 18).

---

<sup>4</sup> “[...] a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento intrínseco aos complexos dinâmico-contraditórios que constituem a totalidade” (LUKÁCS, 1978, p. 64).

Sob esta perspectiva, ao se analisar os programas sociais, implementados nas diversas localidades do país, deve-se considerar as inúmeras diferenças regionais que se inscrevem na dinâmica corrente da totalidade social, as quais “[...] têm de ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista”, num “modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões” (HARVEY, 2006, p. 320-325). É fundamental que sejam recuperados, sem que haja quaisquer superdimensionamentos,

[...] aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com a sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatória) [...] buscando a unidade no interior da diferença (HARVEY, 2006, p. 320-325).

Assim, para se pensar na avaliação das ações constitutivas de políticas sociais, nesta perspectiva, é preciso fazer uma leitura do real em sua totalidade, abordando as bases universais sobre as quais se constituem a sociedade capitalista, considerando-a em sua expressão atual, decodificando seus rebatimentos no Brasil e nos contextos particulares das regiões e microlocalidades onde são executados os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social. Nesta direção, é preciso conhecer a fundo as particularidades da formação social,

política, econômica e cultural destes contextos onde se situa o fundamento das relações de força, poder e subordinação que aí se manifestam e que vão incidir diretamente sobre os processos de execução das ações públicas, em seus desdobramentos mais gerais e em seu impacto nas condições de vida dos sujeitos, seja nos aspectos objetivos, como também políticos, sociais, culturais, morais e ideológicos. Portanto, os processos de avaliação da política social, aqui entendidos como lócus de produção do conhecimento na perspectiva crítica, devem propiciar a *dessingularização* dos fenômenos sociais para a ultrapassagem de sua aparência imediata inicial, aproximando-se da totalidade social, mas em um movimento dialético de retorno à esfera do singular, como *concreto pensado*, com todas as suas determinações essenciais.

Para Marx (1956), o particular, como instância onde se processa a vida cotidiana, é um campo pleno de mediações, instância de passagem do universal ao singular e vice-versa. O particular não é um campo fixo, é um campo de movimento, pleno de determinações, que permite a apreensão do fenômeno tal como ele se configura a partir das determinações universais, de acordo com a interlocução dos *fiões* que constituem o real (a política, a economia, a cultura, o social etc.). É justamente no particular que se situam os processos de avaliação da política de assistência social, constituindo-se como campo

repleto de mediações, que poderão ser apropriadas pelos avaliadores para reconstruir racionalmente os processos sociais determinantes das demandas encaminhadas à assistência social e dos rebatimentos desta política na totalidade da vida dos sujeitos, no sentido de penetrar a sua aparência e desvendar a lógica que os movimenta.

Conforme Marx (1956), na concepção dialética, o concreto é tanto o ponto de partida como o resultado do processo de conhecimento. Então, nesse sentido, as avaliações são canais de aproximação junto à realidade, permitindo o desvendamento de sua aparência reificante, para de sua essência extrair elementos que poderão servir para fundamentar a construção de contrapropostas às ações governamentais no âmbito da política de assistência social, de forma que não reiterem práticas pontuais e imediatistas, mas que estejam voltadas para a transformação das condições de vida da população usuária, não em seus aspectos imediatos, mas em sua essência e fundamento, com um sentido claramente de classe: o da classe proletária. Portanto, se a avaliação é conduzida pela razão dialética, poderá ser transformada em instrumento capaz de reproduzir o real, no nível da consciência e das reflexões, como *concreto pensado*, tendo, pois, neste momento, reconstruído seu objeto de investigação.

### 3 Conclusão

Sob esta perspectiva, no caso particular das avaliações, os sujeitos que as realizam e os sujeitos que delas se apropriam, poderiam contribuir para a criação de um novo consenso, distinto do consenso dominante, no que se refere à manifestação de críticas propositivas acerca da política de assistência social, em reforço aos interesses da coletividade. Ampliar o acesso a informações e fomentar sua interpretação crítica em processos de gestão e avaliação, são condições para que os indivíduos sociais possam “[...] lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 1998a, p. 69).<sup>5</sup>

A avaliação precisa ser entendida em sua totalidade, considerando suas dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas. Sendo um processo político, a avaliação “[...] pressupõe uma deliberação quanto aos seus rumos na dependência da concepção de mundo ou do Estado ou dos grupos hegemônicos que o constituem” (BIERRENBACH, 1987, p. 30).

Os processos de avaliação são aqui concebidos como processos que

---

<sup>5</sup> Entretanto, é preciso ter a consciência e clareza de que [...] a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios, mas também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública (IAMAMOTO, 2001, p. 23).

refletem a unicidade entre teoria e prática, em uma relação complexa e contraditória, que se manifesta em momentos distintos: a decisão de avaliar, o planejamento da avaliação, a execução da avaliação, a consolidação das conclusões analíticas expressas no relatório final e a publicização dos resultados captados pela avaliação.

Compreende-se, pois, que todos estes momentos específicos do processo têm um cariz ético-político, acompanhado obviamente de aspectos teórico-metodológicos e técnico-operativos, sendo que este último não pode ser dissociado do processo, como também não se pode superdimensioná-lo, tomando-o como fim primeiro e último de uma gestão controladora. A dimensão política que se atribui aos processos de avaliação, contudo, pode servir a dois distintos e contraditórios objetivos, ambos com uma direção de classe definida, quais sejam: (a) contribuir para a hegemonia do Estado burguês (que implementa e avalia as políticas sociais), tornando-se um de seus mecanismos de dominação política sobre a sociedade brasileira, com o poder de reificar a contraditoriedade das políticas sociais e (b) os fatores históricos determinantes das condições de vida que tornam vastos segmentos da população elegíveis aos programas do governo, servindo à estagnação social e à manutenção do *status quo* (ALVES, 2008). Por outro lado, a avaliação pode ser tomada como instrumento que, aliado a determinadas condições

objetivas<sup>6</sup>, viabilize o alargamento dos canais de participação popular nos processos deliberativos, no sentido de que de fato o controle social da população sobre as ações públicas seja efetivado numa perspectiva em que “[...] a própria população objetive a transformação da sociedade” (BIERRENBACH, 1987, p. 25).

Todavia, seria ingênuo pensar que esta segunda proposição política poderia constituir-se espontaneamente, fora de um contexto de luta de classes e completamente livre dos interesses de dominação política e de acumulação do Estado burguês. É inequívoco, pois, afirmar que os processos avaliativos são carregados de forças sociais antagônicas e colidentes, sobretudo, por duas razões centrais: a primeira pelo fato das políticas sociais serem constituídas de um processo permanentemente contraditório que contém, ao mesmo tempo, interesses de dominação e controle pertinentes à hegemonia burguesa e interesses ligados à luta pela subsistência material e social da classe trabalhadora; a segunda razão está relacionada ao fato de que é o Estado burguês que implementa as políticas sociais e determina como serão

---

<sup>6</sup> Tais como a organização dos segmentos progressistas da sociedade civil; abertura dos espaços democráticos na política governamental; publicização de avaliações que possam fornecer elementos para uma leitura crítica da realidade; envolvimento dos usuários como sujeitos de direitos que têm um papel político a desempenhar nesse processo, dentre outras questões.

realizados os processos de avaliação por instituições externas (IBGE, PNUD, UNESCO, núcleos de pesquisa universitários, por exemplo), quando não os realiza internamente.

Neste contexto, portanto, as avaliações de políticas só poderão ser tomadas como canal de participação política e controle da população sobre as ações públicas se, de fato, houver por parte dos segmentos sociais progressistas, uma movimentação em caráter de cobrança e pressão política sobre as autoridades centralizadoras deste processo, não para que sejam colocados como meros receptores das avaliações (é o que tem acontecido ultimamente na melhor das hipóteses), mas para que sejam legitimamente reconhecidos como sujeitos partícipes deste processo que concentra um caráter político e público ainda não reconhecido e dotado da abertura necessária à democratização (ALVES, 2008).

Ou seja, somente haverá espaço para a participação política da sociedade civil nos processos avaliativos, se previamente se consolidar um movimento de luta pela ocupação legítima deste espaço, o que não será efetivado de outra forma senão pela própria sociedade civil, no âmago de seus setores progressistas.

## Referências

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência social: história, análise**

crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2008.

BIERRENBACH, Maria Ignês Rocha de Sousa. **Política e planejamento social**. Brasil: 1956-1978. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987b.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da metodologia em Serviço Social: re-produzir-se e re-presentar-se. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 117-132, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do trabalho do assistente social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: módulo 04: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, 2000, p. 51-63.

\_\_\_\_\_. **Instrumentalidade do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9-32, 2001.

\_\_\_\_\_. Ensino e pesquisa no serviço social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, 1998b, p. 101-115.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998a.

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 99-116, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956, v.1.

MENEZES, Maria Thereza Cândido Gomes de. **Em busca da teoria: políticas de assistência pública**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULO NETTO, José. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: SEMINÁRIO

NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2003, Cascavel (PR.). [**Anais...**]. Cascavel/PR: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais/NEPPS, jun. 2003.

SIMIONATTO, Ivete. Reforma do Estado abre caminho para o mercado. **Inscrita**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 13-18, maio 1999.